

Apresentação do dossiê

Junho de 2013, réquiem para um projeto

◆Milton Pinheiro; Leonardo Silva Andrada

Quando os jovens estudantes do Movimento Passe Livre se reuniram, para organizar um ato em protesto contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, não faziam ideia da espiral que estavam prestes a colocar em movimento – e nem poderiam fazer. A dinâmica, a rigor, não é propriamente obra deles, apesar de serem os responsáveis por acender o rastilho que levou à grande explosão de protestos pouco depois. Sua intenção era apenas chamar atenção para uma justa reclamação contra os obstáculos que a juventude trabalhadora enfrenta para a livre circulação na cidade. Contestando o acréscimo de vinte centavos no valor da passagem dos ônibus urbanos da capital paulista, iluminavam uma questão incômoda que, já havia algum tempo, fermentava nas camadas menos favorecidas. O espetáculo do crescimento, anunciado no período Lula, havia esgotado suas possibilidades, e a versão século XXI do Projeto Brasil Grande, embalado pela social-democracia hiper-tardia petista, fazia água. Com tensões represadas ao longo de uma década, a conjuntura, em 2013, oferecia um cenário à procura dos personagens para encenar a tragédia.

Por uma dinâmica própria dos processos histórico-sociais de amplitude, os primeiros atores a se apresentar, logo após darem início à movimentação cênica, cedem espaço e se tornam coadjuvantes. Fica o protagonismo em disputa, em um debate que ainda hoje não chegou a termo, e que se reproduz nas páginas a seguir. Quando os atos de rua alcançam a marca dos milhões de pessoas, espalhadas em todas as regiões do país, uma parcela significativa dos manifestantes não se lembra (ou nem mesmo soube) que o ciclo de protestos começou com o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo. Essa falta de identificação, mesmo entre os que estavam compondo as manifestações, é um indicativo importante da impossibilidade de se adotar as respostas imediatas. O preço do pão não foi a causa da tomada de uma fortaleza que era presídio político, de um primeiro golpe de Estado que reverteu conquistas populares, de um segundo que levou à instauração do império, ou do terceiro, que resultou em sua repetição como farsa. Da mesma forma, não foi a

repulsa ao aumento do ônibus em capital do Sudeste que levou a protestos massivos, ao impeachment de uma presidenta e posterior eleição de um agitador neofascista.

Processos como as manifestações políticas que movimentaram o Brasil, ao longo de junho de 2013, só podem alcançar tamanha abrangência na medida em que são a eclosão, na superfície, de dinâmicas sociais ainda mais abrangentes. Por mais caro que fosse o pão em julho de 1789, os franceses não chegariam ao ponto de criar um calendário novo, se essa fosse uma causa isolada de insatisfação; da mesma forma, a passagem de ônibus urbano, por si só, não resultaria no ciclo de protestos que ocupou todo o mês, e cuja relação com os eventos políticos brasileiros continua animando reflexões.

O grito contra o aumento da passagem desempenhou o papel da fagulha que pousou sobre um campo ressecado, em que a projetada primavera do capitalismo brasileiro desidratou sem florescer. As limitações e contradições de uma década de governo, politicamente manobradas para não promover fissuras no bloco da conciliação, vinham à tona exigir compensação. A essa altura, o modelo de incorporação via mercado de consumo, financiado pelo desempenho das commodities no mercado internacional, dava claros sinais de fadiga, não servindo mais como mecanismo eficiente de dissipação do descontentamento. Mais adiante, seu efetivo esgotamento levaria as frações do capital a abandonar, unilateralmente, a conciliação que ameaçava limitar seus ganhos. O financiamento de políticas públicas com recursos que já não eram abundantes o suficiente para atendê-las exasperava uma burguesia historicamente constituída sobre margens excepcionais de acumulação. O MPL paulista não carregava qualquer traço particularmente tendente à massificação, ou à contestação aberta do governo de turno, em conjunto com todo o sistema político brasileiro, como pontuavam cartazes mais efusivos, acompanhados por analistas apressados. Serviu como a ignição necessária para romper a combinação de inércia com atuação deliberada pela desmobilização.

Qual a especificidade desse movimento, alçado à condição de ponta de lança da insatisfação naquele junho? Foi capaz de suplantar a quietude histórica, acrescida de uma mistura que envolveu resistência à decepção, recentes taxas elevadas de aprovação ao governo, e a ausência do agente aglutinador, pois o grande ator da política popular na Nova República ocupava, nesse contexto, a posição de vidraça. Ao longo dos governos de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso, era possível identificar um ator político hegemônico a coordenar as lutas no campo da esquerda, e sua expressão partidária era o PT. Desde a disputa presidencial de 2002, esse agente vinha traduzindo seu capital político em vitórias eleitorais, e, por sua própria posição, vinha privilegiando a fria atuação institucional em detrimento da política a quente das ruas. Por uma questão de coerência – e de interesse partidário – o campo que desempenhava as funções da política oficial não poderia

construir os instrumentos para sua contestação.

A ausência desse articulador político foi, nesse momento, a razão primordial para que a potência desses protestos acabasse sequestrada por forças com interesses muito diversos dos setores que originalmente construíram os atos. Ainda não há uma interpretação consensuada sobre o surgimento, seu caráter original, se foram espontâneos ou insuflados, se já eram um ovo da serpente esperando para eclodir, ou se foram instrumentalizados após um momento inicial *autêntico*. Também não há uma linha única de avaliação do papel que junho de 2013 desempenhou na desestabilização de todo o sistema político brasileiro, no avanço da antipolítica como estandarte, como influenciou nos rumos do segundo mandato e posterior impeachment de Dilma Rousseff, ou na posterior eleição de Jair Bolsonaro. O conjunto de textos que selecionamos para esse dossiê tenta enfrentar algumas das indagações que inevitavelmente cercam processos desse porte.

O artigo “*As marchas de 2013 em Belém do Pará: aspectos da ação coletiva local*” aponta como foco as alterações na estrutura organizativa, que podem ser identificadas nos atores políticos que participaram da organização e estiveram presentes nos grandes atos de rua do período. Entendemos que, de forma paralela, o trabalho cumpre um papel que vai além desses objetivos propostos e bem explorados. Ao tratar do fenômeno em Belém, comparando com outras capitais fora do eixo Rio-São Paulo, as autoras tocam no objeto de outro artigo “*As jornadas de junho de 2013 e sua dispersão pelo Brasil*”. Ambos fogem do “meridianocentrismo” de certo pensamento brasileiro, que tem o costume de elevar à condição *nacional* eventos que não transcendem os limites da região Sudeste. Tratam-se, portanto, de análises que nos desvelam as possíveis inovações que podem ser detectadas nos movimentos de massa da nossa quadra histórica, e oferecem, adicionalmente, elementos para o adequado tratamento do seu alcance geográfico em um país como o Brasil.

Os eventos escrutinados nesse dossiê são, não raras vezes, apontados como grandes movimentos de massa que determinaram a mudança de rumos da posição política que tinha garantido quatro vitórias eleitorais consecutivas ao Partido dos Trabalhadores, e ainda deram capilaridade ao questionamento das instituições representativas. Foram a expressão dramática do encerramento de um ciclo, abrindo espaço para a crise política que desaguou em impeachment e eleição de um candidato que se apresentava como *antissistema*. É razoável que um processo de tamanha envergadura política se reflita, igualmente, em abrangência social e dispersão territorial. A capacidade de alcançar as distintas regiões de um país com as dimensões do Brasil é objeto de análise do artigo de Barbosa; para lograr tamanha dispersão territorial, as ferramentas de comunicação foram imprescindíveis, e sua eventual contribuição para um *capitalismo cognitivo* mobiliza a interpretação de Dias et ali.

Em “*Das jornadas de 2013: de Rousseff ao capitão: Agentes, interesses latentes e a trajetória da crise institucional brasileira (2013-2018)*”, temos uma abordagem institucionalista do fenômeno, que procura entender a dinâmica dos atores e as transformações resultantes. Nessa abordagem, o processo é analisado como a conformação de uma ampla coalizão entre atores, da sociedade civil, da burocracia, do Congresso, do Judiciário, com vistas a interferir na estrutura institucional brasileira, o que ocorreria após a intervenção no Executivo e a remoção da presidenta que obstava tais interesses.

Ainda que a abordagem esteja centrada nos efeitos institucionais, a elaboração do argumento passa pela adequada caracterização dos atores envolvidos, particularmente na rede de interesses constituída para impulsionar a ação. O artigo aborda os eventos de 2013 como o primeiro ato de uma sequência caracterizada como *a crise política brasileira*, um processo que se desenvolve através do impeachment de Dilma Rousseff, atravessa o período Michel Temer, e chega a termo com a eleição de Jair Bolsonaro. Trata-se, nessa linha, de um processo relativamente duradouro, cuja profundidade de impacto não permite a simplificação. Para movimentar o cenário político e interceder junto às instituições, da forma como ocorreu no período destacado, é necessária a conformação de um condomínio de forças presentes na sociedade, referidas a uma gama de atores e seus respectivos interesses.

Em “*Interpretações dos sentidos de junho: Luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política*”, encontramos um inventário dos trabalhos que buscam a interpretação dos diferentes aspectos do processo. O autor nos comunica que se trata de etapa teórica de uma pesquisa cujo objeto é a militância jovem e o papel de formação política que cumpriu o envolvimento nas manifestações. A partir de um robusto levantamento bibliográfico, somos expostos ao debate entre as distintas correntes teóricas que caracterizam o conjunto das publicações.

Mudando o eixo interpretativo das instituições para os atores, o objeto de “*As rebeliões de junho: A classe trabalhadora, o precariado nas ruas*” são as centrais sindicais. Fazendo o ajuste fino que dá a esse trabalho seu devido mérito, o foco na atuação das centrais sindicais no processo é mobilizado para proceder a um debate sobre classes sociais, ou mais especificamente, sobre a classe trabalhadora e suas entidades no atual estágio do capitalismo. Nessa abordagem, o descompasso entre centrais e seus representados é função das alterações na morfologia da classe e pode se depreender da forma como estiveram presentes os *precários* nos atos de rua.

Temos ainda dois trabalhos que não compõem o dossiê temático. O primeiro, “*Um estudo sobre felicidade e trabalho docente no município de Agudo/RS*”, apresenta uma reflexão sobre os incentivos e dificuldades enfrentados por professores. A partir de uma pesquisa sobre as condições

de trabalho e seus impactos na felicidade percebida pelos docentes, o autor interpreta como distintos fatores relacionados ao exercício do magistério, como salário, condições de ensino, atuação política, entre outros aspectos, interferem na percepção de felicidade dos trabalhadores da educação.

Fechando este número, “*O Orientalismo paradigmático: Representação e estereótipos mutáveis na contemporaneidade*” mobiliza a obra de Edward Said e estudos midiáticos para lidar com o tema das representações e preconceitos derivados e a forma como os estereótipos impactam na vida das coletividades estigmatizadas. O império substituiu a Guerra Fria pela Guerra ao Terror, e o perigo comunista deu lugar à barbárie árabe, uma transição amplamente reconhecida. Nesse artigo, o autor nos mostra como essa troca foi possível graças a uma construção social negativa dos árabes muito mais antiga, que remonta às investidas do colonialismo europeu do século XIX, e construiu um personagem da ameaça árabe à civilização ocidental, que já estava disponível para seu uso na propaganda ideológica do século XXI.

Temos aqui um apanhado valoroso de contribuições para a abordagem de atores, instituições e processos, fundamentais para o debate necessário à superação de questões ancestrais. Que sua potência teórica se traduza nos avanços práticos necessários à construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Milton Pinheiro

Cientista político, professor do PPGH da Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
titular em história política e doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC/SP.
E-mail: mtpinh@uol.com.br

Leonardo Silva Andrada

Professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),
doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa (IUPERJ)
Email: leoandrada@yahoo.com.br